

DEMOGRAFIA, ACTIVIDADE E EMPREGO

Contributos para uma demografia do trabalho

Mário Leston Bandeira

Trabalho e ciências sociais

Sendo o trabalho a actividade mais estruturante das sociedades humanas, na medida em que ele constitui “o elemento ordenador essencial das sociedades” (Naville, 1961: 47), é natural que sobre esta actividade se tenha concentrado a atenção da generalidade das ciências sociais e humanas.¹

Para Karl Marx, cujo papel de fundador dos estudos sobre o trabalho é inquestionável, “O trabalho é, em primeiro lugar, um acto que se passa entre o homem e a natureza. Nesse acto, o próprio homem desempenha em relação à natureza o papel de um poder natural” (Marx, 1969: 139). O processo de trabalho, segundo Marx, decompõe-se em três elementos simples: primeiro, a actividade pessoal do homem; segundo, o objecto sobre o qual o trabalho age; terceiro, os meios através dos quais age. Considerando estes elementos do ponto de vista do seu resultado, “então, ambos, meio e objecto de trabalho se apresentam como meios de produção e o próprio trabalho como trabalho produtivo” (Marx, 1969: 141).

Por outro lado, o trabalho distingue-se de outras actividades não apenas pelo seu carácter utilitário, mas também porque “Em toda a parte onde uma parte da sociedade possui meios de produção, o trabalhador, livre ou não, é forçado a acrescentar ao tempo de trabalho necessário à sua própria manutenção um excedente destinado a produzir a subsistência de quem possui os meios de produção” (Marx, 1969: 180).

Assim, a actividade do trabalhador tende a inserir-se num quadro de relações sociais complexas, em que, por um lado, as estratégias de quem trabalha visam alcançar ganhos em matéria de salários e de qualidade das condições e dos meios de trabalho e, para quem compra a força de trabalho, sobressai o objectivo de aumento dos seus próprios ganhos, quer seja através do aumento do tempo de trabalho e da parte desse tempo que reverte a seu favor, quer seja através do aumento da força produtiva ou da produtividade do trabalho, “reduzindo o tempo socialmente necessário à produção de uma mercadoria, por modo a que uma menor quantidade de trabalho adquira a força para produzir mais valores de uso” (Marx, 1969: 235).

A complexidade das relações sociais que decorrem do exercício da actividade de trabalho “pode ser encarada, na sua totalidade, sob ângulos variados. Cada um desses ângulos corresponde a uma forma de apreensão do real, a uma abordagem diferente (...) técnica, fisiológica, psicológica, sociológica, económica. A estas abordagens podem ser acrescentadas outras: histórica, geográfica, etnológica, demográfica, jurídica” (Friedmann, 1961: 65).

1 A tradução de textos citados neste artigo é da responsabilidade do autor.

A evolução dos processos e das relações sociais de trabalho, das formas de organização das empresas e dos meios de produção tem condicionado directamente a construção de novos terrenos de investigação, conduzindo à criação de disciplinas especializadas no interior de cada área científica: são os casos, por exemplo, da sociologia industrial, da sociologia do trabalho e da sociologia do emprego, da economia do trabalho e também da psicologia industrial e da psicologia social e das organizações.

Se bem que a distinção entre diferentes sectores das ciências sociais que se ocupam do trabalho possa ser “em grande parte idêntica à dos ministérios governamentais” e que se duvide da “legitimidade científica última duma tal partilha” (Rolle, 1971: 4-5), cada ciência social, no âmbito do seu objecto específico, deve contribuir, de acordo com as suas possibilidades, para dar respostas pertinentes às interrogações inerentes à complexidade das relações sociais de trabalho. Este vasto programa implica diferentes níveis epistemológicos: níveis mais gerais, níveis mais especializados e intermediários e cruzamentos interdisciplinares.

Assim, reportando-nos à sociologia, o seu objecto definido a um nível mais geral pode ser identificado com a definição proposta por João Freire: “a sociologia do trabalho é, evidentemente e antes de mais, uma sociologia que se dedica, diferentemente de outras, ao estudo particular dos fenómenos ligados ao trabalho” (Freire, 2002: 13). Tal definição é obviamente aplicável a quaisquer outros ramos científicos especializados no estudo do trabalho, bastando, para definir cada um desses ramos, substituir a palavra sociologia pelas designações das outras ciências sociais evocadas por Friedmann: economia, psicologia, história, demografia, geografia...

Esta substituição de palavras aponta para semânticas científicas, que introduzem clivagens e podem esclarecer de maneira relativamente transparente o campo de acção de cada ciência na sua especialização relativamente ao trabalho: a economia ocupa-se dos processos de criação, reprodução e distribuição de riqueza, a sociologia estuda as relações sociais, a história visa reconstituir o passado das sociedades e das colectividades humanas, assim como das acções individuais relevantes, a psicologia procura compreender os comportamentos individuais e as suas motivações, a geografia estuda o território e o seu povoamento, a demografia incide sobre as populações e respectivas dinâmicas.

Logicamente, esta diversidade de campos assim genericamente definidos tem como consequência que os “fenómenos ligados ao trabalho”, a que se refere João Freire, perdem o seu carácter geral e uniforme, justamente porque esses fenómenos devem ser esclarecidos na sua intrínseca complexidade, devendo, para isso, ser tratados “diferentemente”, em acordo com o objecto e o método a que cada ciência está vinculada. Assim, e ao contrário do que afirma Pierre Rolle, não existem razões para se duvidar da legitimidade científica da partilha de tarefas entre as diferentes ciências. A verdadeira questão é que essa partilha não é determinada necessariamente por uma diferenciação dos objectos de estudo e que o mesmo objecto pode e deve ser abordado sob perspectivas diferentes.

Assim, por exemplo, a sociologia do emprego constituiu-se na “intersecção da sociologia do trabalho e da economia do trabalho”, centrando-se no estudo do

mercado de trabalho, que é campo de investigação privilegiado da economia do trabalho. Mas a sociologia do emprego, sendo um ramo especializado da sociologia, analisa “os movimentos do emprego e do desemprego como construções sociais e não como mecanismos económicos” (Maruani e Reynaud, 1993: 4). Do mesmo modo, pode-se considerar que o mercado de trabalho é também objecto da demografia, na medida em que a oferta de força de trabalho disponível depende da composição e dos dinamismos de cada população e das suas subpopulações, em particular, da população activa.

Idealmente, a partilha entre as diferentes ciências sociais deve fundar-se na clarificação das “principais fronteiras ou domínios comuns”, na “complementaridade das perspectivas”, e na modalidade das suas convergências, “numa reflexão orientada para a unidade necessária, orgânica, da ciência do homem” (Friedmann, 1961: 65). A especialização de saberes acerca do trabalho não deve, por isso, conduzir a compartimentações rígidas, devendo, pelo contrário, estar aberta em permanência a formas de cooperação interdisciplinar e de diálogo científico.

Demografia e ciências sociais

A demografia e a economia são ambas filhas da aritmética política, disciplina fundada por William Petty. “Tendo nascido em Inglaterra da ‘banca e dos negócios’, a aritmética política desenvolveu-se em torno da Royal Society, academia fundada em Londres alguns meses depois da publicação do livro de Graunt” (Bandeira, 2004: 26), em Janeiro de 1662, onde era apresentada a invenção das tábuas de mortalidade. Até finais do séc. XVIII, coexistiram nesta disciplina “dois ramos perfeitamente distintos”: o ramo “económico” que, “em confluência com outras correntes, nomeadamente os mercantilistas e os fisiocratas, contribuirá para a criação da economia política”; o ramo dos “metodologistas — que reúne sobretudo astrónomos, médicos, padres e matemáticos —, inspirados pelo trabalho de Graunt, (...) vai aprofundando progressivamente os fundamentos teóricos e metodológicos da demografia” (Bandeira, 2004: 26-27).

Esta origem comum é uma das razões que pode explicar as relações muito próximas que, durante muito tempo, existiram entre demografia e economia. Mas outras explicações podem ser avançadas. “Caldwell, ao analisar as relações entre a demografia e as teorias das mudanças económico-sociais, refere-se às duas atitudes que (...) são responsáveis pela tendência isolacionista [da demografia]. A primeira atitude é ilustrada pela ilusão de muitos demógrafos que confiam nas explicações que pode fornecer a economia acerca das causas da baixa da fecundidade. De facto, diz Caldwell, a economia neste aspecto não pode explicar nada. Uma outra atitude, aparentemente inversa, seria a que reforça o ‘isolamento intelectual’ dos demógrafos: a que consiste em considerar que as mudanças demográficas só podem ser explicadas no contexto demográfico” (Bandeira, 2004: 61).

Georges Friedmann já constataria, no início dos anos 1960, “que a demografia durante muito tempo se sentiu mais próxima da economia do que da sociologia”, e interpretava este facto com base na explicação fornecida pelo geógrafo Pierre

George: “o factor demográfico deve ser colocado em termos económicos, para que se possa medir toda a sua importância em qualquer forma de previsão e de programação económica” (Friedmann, 1961: 90).

Mas, por outro lado, Friedmann constatava também que “a demografia contemporânea tomou uma consciência cada vez mais nítida da necessidade” de uma integração dos factores sociológicos (Friedmann, 1961: 91).

A aproximação da demografia à sociologia e a outras ciências sociais intensificou-se de facto a partir da década de 1970, principalmente sob o impulso dos estudos sobre os fenómenos demográficos relativos à família (fecundidade, estruturas domésticas, nupcialidade e divórcio), o que conduziu ao desenvolvimento de uma demografia mais qualitativa e “compreensiva” e a um rompimento com a tradicional atitude isolacionista que tornava a demografia dependente e subordinada à economia. Esta nova atitude “ampliou o seu campo de investigação [da demografia] e obrigou a uma redefinição das suas relações com outras ciências” (Bandeira, 2004: 62).

A ampliação do campo de investigação da demografia tem prosseguido em anos mais recentes, sobretudo devido ao aprofundamento das alterações das estruturas demográficas que provocam o envelhecimento das populações dos países mais desenvolvidos.

Em Portugal, o início do processo do envelhecimento demográfico deveu-se aos efeitos da emigração de mais de um milhão de portugueses durante as décadas de 1960 e de 1970. Mas foi a descida da natalidade que provocou o rápido envelhecimento da população portuguesa. A este efeito da baixa natalidade, acresce mais recentemente a descida da mortalidade nas gerações mais velhas, na medida em que o aumento da longevidade dessas gerações contribui para o aumento da proporção dos mais idosos.

Em 1960, apenas 6% da população portuguesa era constituída por pessoas com 65 ou mais anos. Em 30 anos esta proporção mais do que duplicou, passando a ser de 13,6% em 1991. Dez anos depois, em 2001, atingimos o valor de 16,4% e, pela primeira vez, nesta data, a proporção de idosos passou a ser superior à proporção de jovens com menos de 15 anos (16%). Em extensas regiões do interior, de norte a sul do país, o índice de envelhecimento é elevadíssimo. Citemos a título de exemplo duas regiões (NUTS III): Pinhal Interior Sul: 257 idosos para 100 jovens; e Beira Interior Sul: 229.

Por outro lado, nas últimas décadas, os ciclos de vida activa sofreram outra alteração muito significativa: o prolongamento da escolaridade e o aumento da precariedade juvenil relativamente ao emprego atrasam cada vez mais os tempos de entrada dos jovens no mercado de trabalho.

O envelhecimento demográfico, a baixa natalidade, o aumento da longevidade humana, a entrada tardia dos jovens no mercado de trabalho, a privatização familiar, que exclui os mais idosos do seio das famílias, constituem, pois, um conjunto de mudanças estruturais que incidem sobre fenómenos demográficos.

Ora, como escreveu Alain Girard: “os factos de população estão em primeiro lugar sob a dependência dos factos de população, mas o demógrafo não pode ignorar que o seu carácter aritmético é em cada momento posto em causa pela intervenção do social” (Girard, 1984: 50).

Por outro lado, as “técnicas específicas da demografia, desde que correctamente aplicadas [continuam a constituir] a base sólida da disciplina e contam muito para o lugar cada vez mais importante assumido pela demografia nas ciências sociais” (Pressat, 1996: 246).

O alargamento do campo da demografia baseia-se, assim, em dois pilares essenciais e complementares: a análise demográfica, que, fiel à tradição fundadora da demografia como “estatística humana”, tem por objecto medir os fenómenos demográficos; a dimensão social que restitui aos factos demográficos o seu significado no universo complexo dos factos humanos. Da conjugação plena e efectiva, à luz das tendências actuais da demografia, destes dois pilares cognitivos resulta que a demografia atingiu o estatuto de ciência humana e social, que partilha, em pé de igualdade com as outras ciências, “uma reflexão orientada para a unidade necessária, orgânica, da ciência do homem” (Friedmann, 1961: 65). Assim sendo, a demografia já não é apenas a “ciência humana aplicada” a que se referia, no início dos anos 60, Georges Friedmann (1961: 91).

Objecto da demografia do trabalho

A ampliação do domínio da demografia pode estender-se naturalmente ao estudo dos “fenómenos ligados ao trabalho”. No entanto, neste campo, a produção científica é ainda relativamente diminuta.²

Para a demografia, o mundo do trabalho coincide com a população activa, as suas dinâmicas, os diferentes grupos que a compõem e as dinâmicas demográficas que a condicionam.

Sendo uma subpopulação de uma população-mãe, tal como as outras subpopulações do ciclo de vida (pré-escolarizados, escolarizados e reformados), a população dos activos organiza-se em estruturas autónomas determinadas pela idade e pelo sexo e é condicionada pelas dinâmicas demográficas, ou seja, a natalidade, a mortalidade e as migrações. É também dependente de factores exógenos, tais como dinâmicas sociais que condicionam o aumento ou a diminuição da propensão para o trabalho, e dinâmicas económicas, das quais depende a criação de oportunidades de trabalho e de emprego.

Não havendo trabalho sem população activa, sendo a população activa objecto da demografia e sendo as actividades produtivas condicionadas pelos comportamentos demográficos, fácil é constatar que, no universo dos saberes sobre o trabalho, a demografia ocupa um lugar que tende a ser cada vez mais essencial.

Provavelmente a principal transformação ocorrida no mundo do trabalho nas últimas décadas é a feminização da população activa. Ora, tal processo é

2 Entre 18 e 23 de Setembro de 2006, realizou-se o Colóquio Internacional de Aveiro promovido pela AIDELF (Association Internationale des Démographes de Langue Française), em colaboração com a Associação Portuguesa de Demografia e a Universidade de Aveiro. A escolha do tema central deste colóquio — “Population et travail: dynamiques démographiques et activités” — indicia o crescente interesse dos demógrafos por uma demografia do trabalho.

indissociável da adopção de comportamentos malthusianos pela grande maioria dos casais, que, ao controlarem a procriação e as suas descendências, contribuem para o aumento da disponibilidade das mulheres para a participação na vida económica. Se, numa primeira fase, a revolução contraceptiva exprimia sobretudo uma nova atitude dos casais, preocupados com a educação e o futuro dos seus filhos (Bandeira, 1996), posteriormente ela teve como resultado sobretudo abrir às mulheres as portas do mundo do trabalho, tradicionalmente território quase exclusivamente masculino.

Tendo como consequência a baixa da fecundidade, a revolução contraceptiva contribui ainda, e essa é uma mudança plena de consequências actuais, para a necessidade de os países afectados por essa baixa recorrerem à importação de mão-de-obra, ou seja, para o aumento da imigração, com todas as consequências que este fenómeno — novo e particularmente relevante em Portugal desde há cerca de dez anos — implica.

Categorias de activos e fontes de informação

Para a definição do que é a população activa, podem ser considerados dois critérios: o da idade e o da disponibilidade para trabalhar.

A população em idade activa é estabelecida por determinações legais acerca das idades mínima e máxima para exercer uma actividade económica. A idade mínima resulta do limite etário para a escolaridade obrigatória que é actualmente em Portugal de 14 anos completos. A idade máxima é definida pela idade compulsiva para entrada na reforma que, com algumas excepções, está actualmente fixada nos 65 anos. Assim sendo, a população em idade activa é o conjunto das pessoas dos 15 aos 65 anos exactos. Estes limites tenderão a ser alterados em função de uma previsível extensão da escolaridade obrigatória e também do aumento da idade da reforma.

Mas a população em idade activa não coincide inteiramente com a população activa. Assim, de acordo com as definições internacionalmente fixadas e, em particular, a definição adoptada em Maio de 1958 pela Comissão de Estatística da ONU, pertencem à população activa apenas as pessoas de ambos os sexos que fornecem a mão-de-obra disponível para a produção de bens e serviços. De acordo com esta definição, a população activa compreende tanto as pessoas ocupadas como as pessoas desempregadas durante o período de referência.

Conjugando os dois critérios, o da idade e o da disponibilidade, pode-se inferir que qualquer população em idade de trabalhar pode ser dividida em duas subpopulações: a da população activa, constituída por pessoas com mais de 15 anos disponíveis para trabalhar, e a população inactiva, que inclui as restantes. No recenseamento de 2001, foram incluídos na população inactiva: 1) os estudantes que “não exerciam uma profissão, não cumpriam o serviço militar obrigatório, nem declararam estar desempregados; 2) os domésticos; 3) os incapacitados permanentes para o trabalho. Mas os “estudantes, domésticos, ou indivíduos que, no período de referência, desenvolveram uma actividade não económica, mas que

satisfazem (todas) as condições para ser considerados desempregados, foram incluídos neste grupo" (*Censos 2001: XXVIII*).

Ressalve-se que fazem parte da população activa, como grupo autónomo, as pessoas em serviço activo nas Forças Armadas, o que dá lugar à distinção entre população activa total e população activa civil.

Outra distinção, essencial, é a que separa a população activa ocupada e a população activa desempregada, o que remete para a análise do conceito de emprego.

Este conceito enfrenta algumas dificuldades, devido à existência de inúmeras formas de ligação ao trabalho que podem ou não ser consideradas como situações de emprego, tudo dependendo das definições adoptadas em cada país.

Para a OCDE, as pessoas "providas de emprego" são todas aquelas que durante um período que pode variar, consoante os países, entre uma semana e um dia³ se encontravam em diferentes situações, tais como: emprego assalariado (pessoas que efectuaram um trabalho recebendo em troca um salário ou outra retribuição em dinheiro ou em géneros); pessoas empregadas que não trabalham, mas que mantêm um vínculo formal com o emprego; emprego não assalariado; trabalhadores e ajudantes familiares; patrões donos de uma empresa, que não se encontram a trabalhar; pessoas temporariamente ausentes do trabalho por causa de doença, acidente, férias, licenças, etc.; empregadores e trabalhadores por conta própria (OCDE, 2003: 350-352).

A principal fonte estatística que pode ser utilizada em Portugal para o estudo da população activa e do emprego são os recenseamentos da população, os quais apresentam, no entanto, uma forte limitação: a sua periodicidade é de dez anos. Assim, para se obter informação mais actualizada, recorre-se às seguintes fontes: o Inquérito Trimestral ao Emprego do INE, o Inquérito ao Emprego Estruturado do Departamento de Estatística do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social e as estatísticas do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP).

O Inquérito do INE, cujos resultados são publicados nas Estatísticas do Emprego, é trimestral e observa todas as pessoas com 15 e mais anos, incluindo em serviço activo nas Forças Armadas, vivendo numa amostra de 21.000 grupos domésticos presentes no território nacional. O período de referência é a semana anterior à entrevista e o inquérito dura 13 semanas.

Também trimestral, o Inquérito ao Emprego Estruturado apenas observa os empregados por conta de outrem: a recolha da informação é feita a partir de uma amostra de estabelecimentos.

As estatísticas do IEFP baseiam-se nos pedidos e ofertas de emprego que circulam pelas delegações regionais do instituto, o que torna estas informações mais limitadas, "não dando conta do funcionamento global do mercado de trabalho" (Kovács e outros, 1998: 23)

3 Em Portugal, são considerados empregados todos os indivíduos, com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, tenham efectuado "trabalho de pelo menos uma hora, mediante o pagamento de uma remuneração ou com vista a um benefício ou ganho familiar, em dinheiro ou em géneros" (INE, *Estatísticas do Emprego*).

Destas três fontes, o inquérito ao emprego do INE é a mais completa, sendo que a “sua principal limitação reside nos possíveis erros de amostragem e de distorção ou enviesamento da amostra” (Kovács e outros, 1998: 22). Inclui informação sobre: população total, activa e inactiva, por grupo etário e por sexo; população empregada e desempregada, por grupo etário e por sexo; estrutura da população total, segundo a condição perante o trabalho (emprego, desemprego, primeiro emprego, novo emprego, estudantes, domésticos, reformados, outros inactivos; estrutura do emprego, por sector de actividade e sexo; estrutura do emprego, por profissão, situação na profissão e sexo; estrutura do emprego por conta de outrem, por tipo de contrato de trabalho e sexo; população activa, por nível de ensino completo; desempregados, por duração da procura de emprego e subsídio de desemprego).

A estas fontes nacionais, podemos acrescentar as estatísticas da população activa publicadas pela OCDE e as estatísticas sobre as forças de trabalho do Eurostat.

Medidas da actividade e do emprego

Na análise demográfica da actividade e do emprego são utilizados dois tipos de medidas: as medidas globais e as medidas específicas.

Por medidas globais, entendemos as que permitem caracterizar a frequência da actividade no conjunto da população e na população em idade activa e do emprego no conjunto da população activa.

Quanto às medidas específicas, elas referem-se à frequência da actividade e do emprego em grupos determinados pela idade.

Todas estas medidas podem obviamente ser aplicadas a populações mais restritas, nomeadamente em função do sexo, do ramo de actividade e de outras variáveis.

Medidas globais

As taxas bruta e global da actividade são as principais medidas globais da actividade, havendo todo o interesse em que sejam calculadas separadamente para a população masculina e para a população feminina. A sua utilização reveste-se, no entanto, por vezes, de alguma confusão, havendo autores que referem a chamada taxa de actividade indistintamente, ora tratando-se da taxa bruta, ora da taxa global. A OCDE, por exemplo, identifica nas suas publicações a taxa de actividade como sendo a taxa global.

O que distingue estas duas taxas é a população de referência: a população total para a taxa bruta e a população em idade activa no caso da taxa global.⁴ Esta distinção não é de somenos importância, justificando que a taxa global seja um indicador mais interessante, porque mais fiável, na medida em que limita os efeitos de estrutura na medida da actividade.

4 Sendo certo que, no caso das taxas de actividade feminina, a população de referência é sempre a população dos indivíduos do sexo feminino, e nas taxas de actividade masculina, a população masculina.

A taxa de emprego é uma taxa global, que resulta do quociente entre o número de empregados e a população activa presente no meio do período. Há que distinguir, no entanto, entre taxas de emprego total e taxas de emprego civil e explicitar essa distinção. Enquanto as estatísticas da OCDE, que incluem informações sobre Portugal, se referem explicitamente apenas ao emprego civil, as estatísticas do INE incluem os activos das Forças Armadas nos dados relativos ao emprego e não fornecem informação específica sobre o emprego civil.

Em paralelo à taxa de emprego, é possível calcular uma taxa de desemprego, dividindo o número de desempregados pela população activa total presente no meio do período. Tal como para o emprego, deve-se distinguir entre taxa de desemprego total e taxa de desemprego civil.

Considerando a diversidade de situações e estatutos sociais, de profissões e de sectores de actividade em que se exerce, o emprego é inevitavelmente um fenómeno complexo, passível de múltiplas análises. Do ponto de vista demográfico, interessa-nos conhecer onde é que está a população dos empregados, em que profissões e em que sectores, com que estatuto nas relações de trabalho e no respectivo contrato. O que conduz à utilização de outras medidas globais, tais como:

- proporção de empregados por grandes sectores de actividade (primário, secundário e terciário);
- proporção de empregados civis;
- proporção de empregados por ramos de actividade (classificação internacional CITI (ONU, 1968) (Revisão 3));
- proporção de empregados segundo a profissão;
- proporção de empregados segundo a situação na profissão (trabalhador por conta de outrem, trabalhador por conta própria isolado, trabalhador por conta própria ou empregador, trabalhador familiar)
- proporção de trabalhadores a tempo parcial;
- proporção de trabalhadores segundo o nível de ensino.

Não estando os desempregados inseridos no mundo do trabalho, estas medidas globais do emprego não se aplicam à medida do desemprego, só fazendo sentido no quadro de um estudo retrospectivo sobre a situação dos activos, anterior ao desemprego. Quanto ao desemprego propriamente dito, é importante medir a proporção de desempregados segundo a duração do desemprego.

Medidas específicas

Uma taxa específica de actividade mede a frequência da actividade na idade x , através do quociente entre *activos de idade x* e *população de idade x* x 1.000:

$$aax = \frac{Ax}{Px} \times 1.000$$

Com base nas informações fornecidas pelo recenseamento de 2001, calcula-se, por exemplo, a taxa de actividade aos 20 anos completos, sexos reunidos:

$$1a20 = \frac{82.649}{152.163} \times 1.000 = 543,16\%.$$

Uma taxa específica de emprego mede a frequência do emprego da população activa, na idade x , através do quociente entre empregados de idade x e população activa da mesma idade:

$$aepx = \frac{Epx}{Ax} \times 1.000.$$

Taxa de emprego aos 20-24 anos completos em 2001:

$$5ep20 = \frac{486.039}{543.005} \times 1.000 = 895\%.$$

No cálculo das taxas específicas de desemprego, mantém-se a população de referência — os activos de idade x — sendo o numerador substituído pelo número de desempregados de idade x .

Tomemos como exemplo de cálculo, a taxa de desemprego entre 15 e 24 anos completos, relativa ao 3.º trimestre de 2004 (dados fornecidas pelas *Estatísticas do Emprego*):

Sendo a taxa de desemprego:

$$adsx = \frac{Dx}{Ax} \times 1.000,$$

$$10ds15 = \frac{94.500}{592.200} \times 1.000 = 159,6\%.$$

Estas taxas são taxas-proporção ou taxas de 3.ª categoria, porque medem “a relação, numa determinada data, entre o efectivo de uma subpopulação e o efectivo de uma população da qual essa subpopulação faz parte” (Pressat, 1979: 43; Bandeira, 2004: 148-150). Para efeitos de construção de uma tábua de actividade, são assimiláveis a taxas de 2.ª categoria, as quais são equivalentes aos acontecimentos de uma tábua.

Permitem, no seu conjunto, observar e analisar o ciclo da vida activa ao longo das idades, com os seus diferentes momentos de início, progressão, suspensão de actividade e de emprego, declínio e cessação. Com base em taxas segundo o sexo, analisa-se o processo de feminização da actividade e do emprego, havendo vantagem em que estas taxas possam também ser calculadas por grandes sectores de actividade.

A tábua de actividade

O ciclo da vida activa de uma geração pode ser reconstituído através de uma tábua de actividade. A construção desta tábua assenta nas seguintes hipóteses:

- 1 entra-se na vida activa após os 15 anos exactos, em qualquer momento ao longo da vida;
- 2 sai-se da actividade em qualquer momento ao longo da vida.

Se bem que possa haver entradas e saídas da actividade do mesmo indivíduo ao longo da sua existência, esse facto não inviabiliza que a tábua de actividade possa ser considerada como uma tábua de extinção (Bandeira, 2004: 157-158) — no sentido em que este conceito é aplicado às tábuas de mortalidade, de primeira nupcialidade e de fecundidade segundo a ordem de nascimento — na medida em que, no fim do ciclo de vida da geração, os últimos sobreviventes serão necessariamente inactivos.

A tábua descreve os processos de entrada e de saída da actividade ao longo das idades e é constituída por duas séries: a dos inactivos $\{I_x\}$ e a dos activos $\{A_x\}$.

A partir da série de taxas de actividade chegamos facilmente à tábua de actividade,⁵ aplicando as fórmulas seguintes:

$$A(x, x+a) = aax$$

$$I_{x+a} = I_x - A(x, x+a).$$

Tomando como raiz da tábua o valor de 1.000 inactivos aos 14 anos completos, o início da tábua constrói-se do seguinte modo:

$$I_{14} = 1.000$$

$$A(15, 16) = 1a_{15}$$

$$A(16, 17) = 1a_{16}$$

$$I_{16} = I_{15} - A(15, 16)$$

$$I_{17} = I_{16} - A(16, 17).$$

A tábua de actividade de 2001 apresentada no quadro 1 é uma tábua *resumida*⁶ *transversal ou do momento, construída de acordo com o princípio da coorte fictícia* (Bandeira, 2004: 163-164). As tábuas longitudinais de actividade exigem para a sua construção uma observação durante um período muito longo — no mínimo 60 anos — sendo a principal e, em muitos casos, única fonte de informação, os recenseamentos, que se realizam de dez em dez anos. A sua difícil concretização explicará porventura a inexistência de tábuas longitudinais de actividade, o que não

5 Como qualquer tábua, a tábua de actividade pode ser *completa*, quando os grupos etários são anuais, e *resumida*, se esses grupos forem plurianuais (em geral, quinquenais).

6 Em anexo, apresentam-se os exemplos das tábuas *completas* de actividade, Portugal 2001, sexos reunidos e sexos masculino e feminino.

Quadro 1 Tábuas resumidas de actividade, Portugal, 2001: população activa total, sexo masculino e sexo feminino

Total			Sexo masculino			Sexo feminino		
Idade completa x	Inactivos Ix	Activos Ax	Idade completa x	Inactivos Ix	Activos Ax	Idade completa x	Inactivos Ix	Activos Ax
14	1.000	0	14	1.000	0	14	1.000	0
15-19	728	272	15-19	691	309	15-19	767	233
20-24	313	687	20-24	269	731	20-24	359	641
25-29	115	885	25-29	81	919	25-29	150	850
30-34	112	888	30-34	58	942	30-34	166	834
35-39	132	868	35-39	61	939	35-39	201	799
40-44	159	841	40-44	70	930	40-44	246	754
45-49	203	797	45-49	88	912	45-49	311	689
50-54	292	708	50-54	145	855	50-54	426	574
55-59	464	536	55-59	319	681	55-59	593	407
60-64	666	334	60-64	555	445	60-64	763	237
65-69	893	107	65-69	854	146	65-69	926	74
70-74	955	45	70-74	933	67	70-74	973	27
75-79	982	18	75-79	972	28	75-79	989	11

implica a falta de interesse científico dessas análises longitudinais da actividade. Por outro lado, têm-se desenvolvido nos últimos anos estudos longitudinais sobre o mercado de trabalho, os quais incidem principalmente sobre o emprego, as profissões e as qualificações.⁷

A tábua de actividade do momento, tal como a tábua de mortalidade em relação à avaliação das condições sanitárias, é de facto mais útil porque permite aferir o peso da disponibilidade da população para a actividade económica a cada momento. A evolução no tempo desta disponibilidade pode ser analisada através da comparação de tábuas calculadas em momentos diferentes.

O calendário e a intensidade da actividade são determinados a partir de uma tábua.

“Enquanto o calendário representa a distribuição dos acontecimentos numa coorte segundo a idade ou a duração em que ocorreram, a *intensidade* mede a frequência total desses acontecimentos na coorte” (Bandeira, 2004: 160). O calendário é sintetizado por valores médios, o mais utilizado e conhecido dos quais, relativo à mortalidade, é a *esperança de vida no nascimento*.

A *questão da intensidade* da actividade coloca-se do seguinte modo: admitindo que uma parte da geração nunca esteve disponível para trabalhar, a intensidade corresponde ao valor mais elevado da série {Ax}. No caso das tábuas completas,⁸ observam-se os seguintes valores de intensidade da actividade:

7 Análises deste tipo foram apresentadas nas oitavas jornadas de estudos *L'analyse longitudinale du marché du travail*, organizadas pelo Centre d'Études et de Recherches sur les Qualifications (France), em Marselha, em 17 e 18 de Maio de 2001.

8 Cf. tábuas completas de actividade, apresentadas em anexo.

Quadro 2 Esperança de vida activa da população, Portugal 2001

Tipo de tábua	Sexos reunidos	Sexo masculino	Sexo feminino
Completa	38,78 anos	41,74 anos	36,68 anos
Resumida	39,32 anos	41,95 anos	36,07 anos

Quadro 3 Distribuição de 1.000 activos empregados e desempregados, por idade

Idade	Empregados	Desempregados
15-19	818,48	181,52
20-24	895,09	104,91
25-29	934,57	65,43
30-34	943,23	56,77
35-39	944,53	55,47
40-44	949,87	50,13
45-49	948,56	51,44
50-54	938,31	61,69
55-59	917,39	82,61
60-64	930,42	69,58
65-69	994,21	5,79
70-74	990,37	9,63
75 e +	987,08	12,92

população total: $A_{28} = 897\%$;

sexo masculino: $A_{33} = 943\%$;

sexo feminino: $A_{28} = 856\%$.

Teoricamente, a intensidade da inactividade deve ser igual a 1, valor que, se porventura toda a gente cessasse a sua actividade aos 65 anos, se deveria verificar nesta idade. Na tábua completa de actividade da população total de 2001, observa-se que, aos 65 anos exactos existem apenas 738 inactivos, e que aos 75 anos esse valor é de 965. O que faz pressupor que muitos indivíduos continuam a trabalhar par além da idade limite da reforma e mesmo após os 75 anos. No entanto, só uma tábua de geração pode determinar com exactidão em que idade é que a intensidade da inactividade é igual a 1.

O *calendário da actividade* refere-se à distribuição da série dos activos $\{Ax\}$ ao longo das idades. O valor médio de calendário mais significativo é a *esperança de vida activa*, que se calcula do seguinte modo:

$$va = \frac{\sum Ax}{I} \quad \text{tábua completa, em que } I \text{ representa a intensidade da actividade.}$$

$$va = \frac{\sum Ax.5}{I} \quad \text{tábua resumida.}$$

Os valores da *esperança de vida activa* relativos à população de 2001 são os verificados no quadro 2.

Sendo o emprego uma situação enquanto activo, em que se pode entrar e sair dessa situação repetidamente, a análise do emprego não dá lugar à construção de uma tábua. Mas pode-se construir um quadro de distribuição de 1.000 activos segundo a idade, consoante sejam empregados ou desempregados num dado momento. Tal distribuição permite observar simultaneamente a proporção de activos empregados e desempregados em cada grupo etário, como pode ser constatado no exemplo relativo à população activa portuguesa em 2001 (quadro 3).

Entrada na vida activa e precariedades juvenis

Histórica e socialmente, a juventude tem sido encarada como uma fase da vida marcada por uma certa instabilidade associada a determinados “problemas sociais”. Os jovens distinguem-se dos adultos na medida em que estes são responsáveis e os jovens não. “A partir do momento em que vão contraindo responsabilidades, os jovens vão adquirindo o estatuto de adultos” (Pais, 1990: 141).

Mas a passagem à vida adulta tende a ser um processo cada vez mais moroso e prolongado, o que dá origem a uma nova idade da vida: a pós-adolescência. Enquanto para Paul Yonnet (1987), o prolongamento da adolescência é o resultado de uma estagnação social, e para Bourdieu (1978) ela resulta da desqualificação escolar e profissional, François de Singly (1981) sublinhou os efeitos da redefinição das relações entre os títulos escolares e os postos de trabalho disponíveis no mercado de trabalho.

Há no aumento da procura de educação um efeito paradoxal, na medida em que ele faz diminuir as probabilidades sociais dos que têm um nível escolar inferior ou médio e, ao mesmo tempo, a procura acrescida de educação faz deslocar continuamente as probabilidades sociais decorrentes dos diplomas: trata-se de um processo indefinido. Esta desvalorização suscita diferentes estratégias sociais de inserção no mercado profissional e de saída de casa dos pais.⁹

Se estas estratégias de inserção profissional são, em parte, condicionadas pela natureza do diploma ou pela ausência de diploma, elas derivam também de um determinismo social e de formas de solidariedade familiar mais largas, que põem em jogo modelos de entrada na vida adulta próprios de cada categoria social.

Emprego sénior e cessação de actividade

Nas últimas décadas, os ciclos de vida activa sofreram duas alterações maiores. Por um lado, o prolongamento da escolaridade e o aumento da precariedade juvenil atrasam cada vez mais os tempos de entrada dos jovens no mercado de trabalho. Ao mesmo tempo, após os 55 anos, a actividade profissional “reduziu-se

9 Sobre este tema, podem ser consultados, entre outros, os seguintes trabalhos: Pais (2001); Pais (1998: 189-214); Guerreiro e Abrantes (2004); Gokalp (1981).

consideravelmente na Europa e Além-Atlântico” (Guillemard, 1995: 43) intensificando-se a tendência para a saída precoce da actividade. Trata-se aparentemente de uma reestruturação do modelo de transição da vida activa para a reforma e de uma alteração do modelo “de ciclo de vida ternário que ordena o percurso das idades em três tempos sucessivos com funções bem distintas: a juventude forma-se, a idade adulta trabalha e a velhice tem direito ao repouso” (Guillemard, 1995: 45).

Destas alterações emergem duas novas idades da vida, os jovens idosos e os idosos jovens, que tendem a distanciar-se do mercado de trabalho e privilegiam — ou para isso são empurrados — o lazer ou actividades de formação.

Porque a disseminação destas novas idades da vida se processa a contra-corrente de um contexto demográfico caracterizado pelo aumento da esperança de vida e da proporção de idosos e pela diminuição da proporção de jovens, o Estado e os sistemas de segurança social, devido às dificuldades financeiras induzidas por estes factores demográficos, começam a redefinir as orientações quanto às políticas de cessação de actividade, quer dificultando o recurso às pré-reformas, quer aumentando a idade da reforma e os tempos de quotização e diminuindo as remunerações inerentes.

De facto, o aumento da idade da reforma pode confrontar-se com a forte oposição dos activos e das empresas, que convergem numa espécie de acordo tácito quanto às vantagens da cessação mais precoce da actividade. Do lado dos trabalhadores assalariados, terminar a actividade antes dos 60 anos com uma pré-reforma ou uma reforma tem, entre outras, a vantagem de obstar às consequências de uma situação de desemprego em idades tardias, nas quais as probabilidades de se encontrar um novo emprego são muito escassas. Para as empresas, “fazer partir os seus assalariados para a pré-reforma é, em primeiro lugar, um meio cómodo de tratar as consequências sociais das reestruturações” (Chassard, 2004: 18). Em geral, nas suas reestruturações, as empresas preferem substituir os seus trabalhadores mais idosos por outros mais jovens, porque, comparativamente, os mais jovens são menos caros, são mais produtivos, têm teoricamente mais qualificações, estão mais predispostos para adquirir novas competências e têm maior mobilidade.

Em França, que é um dos países europeus em que “esta fuga ao trabalho após os 55 anos atingiu maior expressão”, menos de 40% dos assalariados “passa directamente do emprego à reforma”, o que significa que “o horizonte do fim de carreira se situa para muitos franceses pouco depois dos 55 anos”. Ao mesmo tempo, entre os países europeus, é também em França que “a esperança de vida após a cessação de actividade é a mais elevada, pelo menos, para os homens: 22 anos, ou seja quase mais 7 anos do que os irlandeses e 5 anos e meio mais do que os portugueses ou os britânicos” (Chassard, 2004: 19).

Mas, em outros países, como no Japão, na Suécia, no Reino-Unido e na Alemanha, existem empresas que preferem manter os seus assalariados mais idosos em funções, havendo mesmo empresas “cujo pessoal é quase exclusivamente composto de assalariados com mais de 55 anos” (Chassard, 2004: 22).

Sendo certo que os projectos de aumento da idade da reforma são genericamente justificados pelo aumento da esperança de vida no nascimento, constatado

nos países desenvolvidos e em muitos países em desenvolvimento, a adopção de tais projectos não pode, no entanto, deixar de ser confrontada com a existência de diferenças sociais significativas face à morte, motivadas por fortes diferenças sociais e profissionais, quer no que concerne às condições sanitárias e ao acesso aos serviços de saúde, quer quanto às consequências do exercício ao longo da vida de determinadas profissões de maior desgaste.

Na época da Revolução Industrial, alguns autores socorreram-se da demografia para descreverem as condições de vida dos operários fabris. Os estudos que então apresentaram constituem a primeira aproximação da demografia ao mundo do trabalho. O médico dr. Villermé publica em 1828 *Mémoire sur la Mortalité dans la Classe Aisée et dans la Classe Indigente*, em que compara a mortalidade nos bairros de Paris. Em 1839, aborda pela primeira vez a questão da mortalidade dos operários num artigo intitulado “De la santé des ouvriers employés dans les fabriques de soie, coton et de laine”.¹⁰ No ano seguinte, sai o seu famoso *Tableau de l’État Physique et Moral des Ouvriers*, onde divulga os resultados da sua pesquisa sobre a mortalidade na cidade de Mulhouse entre 1823 e 1835. “Em resultado desta pesquisa, Villermé elaborou indicadores através dos quais comparou a mortalidade das várias categorias de operários e a mortalidade destas categorias com a dos dirigentes das empresas. O principal desses indicadores, a ‘vida aproximativa provável nas diferentes idades’ estabelecia diferenças de tal modo gritantes que Villermé achou por bem minimizar o seu significado, afirmando que os valores encontrados deveriam ser considerados apenas como sintomas de desigualdades e não como uma medida exacta” (Bandeira, 2004: 223).

O inglês William Farr, médico e farmacêutico, iniciou a partir de 1851 a realização de inquéritos sobre a mortalidade profissional do conjunto da população da Inglaterra e País de Gales. Estes inquéritos coincidiam com a realização de recenseamentos e foram sendo progressivamente aperfeiçoados. “Em 1860/61, Farr limitou o inquérito a 12 profissões, mas no inquérito seguinte foram estudadas 100 profissões” (Bandeira, 2004: 224).

O interesse da demografia pelo estudo das condições sanitárias das profissões industriais evoluiu lentamente para o domínio da mortalidade social, onde se confundem profissões e estatutos sociais. No entanto, o debate actual sobre as consequências do aumento da esperança de vida e do envelhecimento sobre a idade da reforma deverá implicar uma maior atenção à mortalidade profissional e às desiguais probabilidades de sobrevivência dos diferentes grupos profissionais.

Em muitos países europeus, a seguir ao final da segunda guerra mundial, e em outros países mais tarde, como é o caso de Portugal, o Estado assinou, com os parceiros sociais, pactos que reconheceram a reforma como direito universal. Este reconhecimento teve consequências contraditórias: por um lado, fez emergir uma nova fase do ciclo de vida, a vida-após-o-trabalho, o que representou um enorme progresso social. Mas, ao mesmo tempo, as políticas relativas à reforma foram conduzidas durante muito tempo de modo a utilizarem a cessação de actividade dos

10 Publicado nos *Annales d’Hygiène Publique et de Médecine Légale*, 1839, tomo XXI.

mais velhos como um instrumento de combate ao desemprego, na medida em que a entrada de cada trabalhador na reforma permitia criar emprego para os mais jovens. Assim, durante muito tempo, Estado, sindicatos e patronato convergiram em concordar com a cessação mais precoce do trabalho sénior, através das pré-reformas e da antecipação da idade da reforma. Mas, devido às consequências financeiras do novo contexto demográfico, este ciclo parece ter chegado ao fim, sem que seja ainda muito claro que alternativas serão postas em prática.

Anne-Marie Guillemard, desde há muitos anos, tem chamado a atenção para as consequências das mutações do ciclo de vida, defendendo novas abordagens sobre as consequências da extensão da vida-após-o-trabalho. Num artigo escrito em 1985 afirmava que os “novos reformados aspiram a novas formas de inserção social, (...) procuram novos papéis sociais, novos modos de vida, novas formas de cidadania activa” (Guillemard, 1985: 35).

Assim, a emergência desta nova idade da vida, mais activa no período mais avançado do ciclo de vida, constitui um enorme desafio social, que poderá conduzir à celebração de um novo contrato social entre gerações, o qual suporta em simultâneo a resolução das dificuldades actuais: os problemas dos sistemas de segurança social, a escassez do emprego e as dificuldades de plena integração social dos mais idosos e dos mais jovens.

Considerando as propostas de Anne-Marie Guillemard como ponto de partida, o novo contrato social poderia concorrer para uma “desespecialização” das idades. “Este novo modelo implicaria a procura, para cada idade, de um melhor equilíbrio entre tempos de formação, trabalho ‘obrigatório’ e actividades livres (...), dando aos adultos mais tempo para viver e se formar e aos mais idosos uma nova utilidade social” (Guillemard, 1985: 38)

Esta nova utilidade social poderia ser compatível com a livre opção por uma “segunda carreira” profissional “a tempo reduzido, mas podendo prolongar-se para além dos 65 anos” (Perret, 1998: 303).

A alternativa a um novo contrato social baseado numa filosofia de integração social será inevitavelmente ditada por razões estreitamente económicas, de que resultarão forçosamente o aumento da idade da reforma, a maior precariedade dos trabalhadores após os 50 anos, o aumento da conflitualidade social e do absentismo, a baixa da produtividade, etc. Em síntese, a concretizar-se esta alternativa, pode-se antever que, a seguir a um ciclo político em que a extensão de direitos sociais que consagram a possibilidade de uma idade do lazer após a idade activa era compatível com a promoção do emprego jovem, futuramente se acentuará a concorrência entre gerações face ao mercado de trabalho, o que contribuirá para a crescente precariedade de todos e um grave retrocesso dos direitos sociais.

O mercado de trabalho

O conceito de mercado de trabalho tem como principal referência a população activa e as suas principais subpopulações: os empregados e os desempregados. Em termos demográficos, o mercado de trabalho difere do mercado matrimonial. Este é

um mercado de troca entre duas subpopulações, a população masculina e a população feminina em idade e disponível para casar. O peso relativo de cada uma destas populações determina a lei da oferta e da procura matrimoniais, a qual é medida pelas relações de masculinidade na idade x . No mercado de trabalho, do ponto de vista demográfico, o que está em causa é apenas a procura de emprego por parte das forças de trabalho disponíveis, ou população activa. A oferta de trabalho, ou seja, a criação de oportunidades de trabalho pertencem a outra esfera, que é própria das empresas e outros empregadores, as quais são condicionadas pelo dinamismo do mercado de bens e serviços, ele próprio condicionado pelas políticas e conjunturas económicas. Esta esfera escapa à demografia do trabalho.

Porque a estrutura da população activa é condicionada pelo peso relativo dos grupos mais jovens e mais velhos e da população masculina e da população feminina, o mercado de trabalho é um mercado estruturado por duas variáveis demográficas básicas: a idade e o sexo. Esta dependência significa que as disponibilidades de força de trabalho numa população jovem serão sempre superiores às disponibilidades numa população envelhecida e que numa população em que os grupos masculinos em idade de trabalhar estão sub-representados haverá sempre mais oportunidades de trabalho para as mulheres. A este propósito, podem-se citar os exemplos das mulheres inglesas e americanas durante a segunda guerra mundial e das mulheres portuguesas durante a forte vaga emigratória dos anos 1960 e 1970.¹¹

A baixa fecundidade repercute-se no mercado de trabalho porque, como vimos, ela potencia um aumento da participação feminina no mercado de trabalho e origina um aumento da imigração de activos.

A feminização da força de trabalho

Os novos contextos demográficos — baixa fecundidade, aumento do divórcio, aumento da longevidade e aumento do envelhecimento demográfico — explicam em grande parte o aumento da feminização do mercado de trabalho. A baixa fecundidade liberta as mulheres do peso das responsabilidades domésticas, o divórcio, além de, em muitos casos, ser induzido pela autonomia que as mulheres ganham com a actividade profissional, coloca muitas mulheres divorciadas perante a necessidade de exercerem uma actividade remunerada. O envelhecimento demográfico e o aumento da longevidade têm como consequência o facto de, por sobreviverem mais anos do que os homens, as mulheres serem obrigadas a trabalhar durante a idade activa, a fim de acumularem uma reforma com que possam enfrentar uma velhice solitária.

Sob a pressão dos novos contextos demográficos, as transformações familiares e o desenvolvimento de uma nova mentalidade feminina, mais afirmativa e autónoma, o grau de participação das mulheres no mercado de trabalho em Portugal aumentou substancialmente. A taxa global de actividade feminina passou de

11 Sobre o caso das mulheres de emigrantes portugueses, ver Callier-Boisvert (1966) e Bretell (1991).

54,1% em 1982 para 68,9% em 2002, sendo uma das mais elevadas na Europa dos 15 (média comunitária: 61,45%). No conjunto do emprego civil, 45,5% são empregadas do sexo feminino, o que significa que já se atingiu uma situação de relativo equilíbrio entre os dois sexos. A terciarização da economia tem contribuído para a diminuição dos desequilíbrios entre sexos no mercado de trabalho, criando ao mesmo tempo um novo desequilíbrio entre homens e mulheres, na medida em que a proporção de mulheres empregadas no sector dos serviços é claramente superior à dos homens (62% para 43,8%, respectivamente).¹² O aprofundamento muito provável desta tendência no futuro favorecerá ainda mais a integração das mulheres no mercado de trabalho.

Mantêm-se, no entanto, ainda algumas desigualdades significativas entre sexos no mercado de trabalho, em particular, quanto ao trabalho parcial e ao desemprego. Assim, trabalhavam, em 2002, a tempo parcial 67,8% das mulheres e 32,2% dos homens e, quanto à taxa de desemprego ela era, na mesma data, de 6,1% da população activa feminina e de 5,1% da população activa masculina.

Os mercados de força de trabalho imigrante

Entre todas as razões que motivam os movimentos migratórios, a mais relevante é sem dúvida a razão económica alicerçada no binómio atracção-repulsão. De facto, os factores repulsivos que incitam as pessoas a expatriarem-se, por vezes a longas distâncias, são em geral de índole económica e incluem a falta de acesso à propriedade, a falta de emprego, os baixos salários e a impossibilidade de constituir família. Também as secas, as fomes, as guerras, as perseguições étnicas e religiosas e a instabilidade social podem criar e têm criado muitos emigrantes.

Em contraponto, os emigrantes que procuram nova terra de acolhimento, tornando-se, assim, imigrantes em terra estranha, são atraídos por melhores condições de vida onde elas possam existir: o camponês que foge à penosidade e à miséria do trabalho rural é atraído pelas luzes da cidade, por melhores condições de emprego, por melhores salários, por melhores condições para a sua família e para a educação dos seus filhos. O modelo atracção-repulsão, teorizado por Ravenstein em 1885¹³ “constitui ainda hoje a contribuição teórica mais significativa” para a explicação das causas dos movimentos migratórios. Este modelo está intimamente relacionado com a teoria do mercado de trabalho dos imigrantes (Jackson, 1991: 19).

O acesso dos imigrantes ao mercado de trabalho poderá ser marcado ou não pela segregação social: para os imigrantes mais qualificados e socialmente privilegiados abrem-se as portas do mercado primário, para todos os outros, as do mercado secundário.

12 Indicadores calculados a partir de dados publicados em: OCDE (2003).

13 De facto a primeira formulação da relação atracção/repulsão que condiciona os trabalhadores migrantes tinha já sido formulada por Marx em 1867, a propósito da questão do exército industrial de reserva: “os centros da indústria moderna (...) continuam a atrair e a rejeitar alternativamente trabalhadores, mas em geral a atracção é mais forte do que a repulsão” (Marx, *op. cit.*, p. 468).

Segundo Portes (1999), o mercado primário é o da mão-de-obra altamente especializada que é atraída pelo país de acolhimento para enriquecimento do seu potencial económico e tecnológico. É o chamado *brain drain*, fuga de cérebros. Estes imigrantes são evidentemente bem acolhidos, não são segregados e, em princípio, terão as mesmas oportunidades dos trabalhadores nativos.

Quanto ao mercado secundário, ele tem características diametralmente opostas, sendo em geral para este mercado que se dirige a imigração de tipo ilegal e/ou temporária, e os empregos são obtidos em sectores e em profissões rejeitados pelos autóctones e de baixas qualificações. Por outro lado, o mercado secundário pode funcionar como força de pressão sobre o mercado interno, fazendo baixar os salários e diminuindo a capacidade reivindicativa dos trabalhadores autóctones. O que pode ser um factor explicativo para a manifestação de formas de racismo e de xenofobia, tendencialmente mais frequentes nas chamadas classes populares.

A baixa fecundidade e o envelhecimento demográfico que se manifestam em Portugal deste há cerca de vinte anos, conjugando-se com níveis de desenvolvimento económico, apesar de tudo notáveis, criaram condições inevitáveis para que o país se tornasse um alvo de milhares de imigrantes originários de África, do Brasil e da Europa. A grande maioria destes migrantes sujeita-se à via-sacra imposta pelo mercado secundário: entrada clandestina, permanência ilegal sem autorização de emprego nem de residência, baixos salários, péssimas condições de vida. Concentram-se na construção civil e na indústria, sectores onde, entre 1993 e 1996, se registou um aumento de 288,7% desses trabalhadores, e nos serviços de protecção, pessoais e domésticos, onde, durante o mesmo período, o aumento foi de 428,9%.

Mas também o mercado primário tem uma expressão muito significativa. Provavelmente devido à instalação de empresas estrangeiras e de multinacionais, mas também devido ao crescimento económico, muitos estrangeiros altamente qualificados decidiram instalar-se em Portugal, onde ocupam lugares de chefia e de enquadramento superior: entre 1993 e 1996, o número de profissionais científicos e liberais aumentou de 403,9% e o de directores e quadros superiores 236,5%.¹⁴

As qualificações da força de trabalho

A composição da força de trabalho é a cada momento determinada pelas qualificações dos activos disponíveis para trabalhar nos diversos sectores e profissões. Sendo o sistema de ensino o principal instrumento de qualificação e de educação, os níveis de escolarização e de escolaridade da população em idade activa constituem uma variável-chave da produção económica. Mas esta relação entre ensino e economia não é de sentido único, sendo cada vez mais afirmada a necessidade de o sistema de ensino, nos seus diversos graus de formação, se adaptar às necessidades de qualificações expressas pelos empregadores. Ou seja, na medida em que a oferta de mão-de-obra é condicionada pela procura e que a procura exige cada vez mais

14 As informações sobre o mercado primário e o mercado secundário são fornecidas por Baganha, Ferrão e Malheiros (1999: 151).

determinadas qualificações, porventura novas qualificações em detrimento de qualificações ultrapassadas, o sistema de ensino acaba por ser confrontado com essas exigências, o que coloca alguns dilemas.

Por um lado, o ensino deve fornecer formação em áreas do conhecimento básicas (línguas, matemática, ciências exactas e ciências sociais e humanas, informática), mas ao mesmo tempo deve preparar os futuros activos para o acesso a tecnologias actualizadas e à inovação de procedimentos técnicos e administrativos. Para além de tudo isto, a escola deve preparar cidadãos capacitados para participar activamente na vida social, profissional e familiar, sendo essa a sua principal missão de educação.

O sistema de ensino pode suprir lacunas de formação básica da população activa — que são muitas, dado o baixo nível de qualificações escolares da população portuguesa — através do ensino recorrente e da formação de activos no ensino superior em cursos nocturnos, mas, só por si, não é capaz de corresponder a todas as necessidades da economia. É por isso que, sobretudo desde a integração de Portugal na União Europeia, se tem desenvolvido um sistema paralelo de actividades e instituições especializadas principalmente na formação profissional.

Permanecendo a formação escolar como principal indicador das qualificações da população activa, na análise do mercado de trabalho há também que ter em conta as qualificações obtidas directamente em empresas ou em cursos de formação profissional.

O recenseamento de 2001 fornece informações a partir das quais é possível caracterizar as qualificações escolares da população activa portuguesa. No quadro 6.25 dos resultados definitivos, é apresentada a distribuição da população activa, por sexo, segundo cinco níveis de instrução atingidos: 1) sem nível de ensino, 2) ensino básico, 3) ensino secundário complementar, 4) ensino médio e 5) ensino superior.

O nível 2 é dividido em 3 subníveis: 1.º ciclo, 2.º ciclo e 3.º ciclo. O nível 5 em 4: bacharelato, licenciatura, mestrado e doutoramento.

Quanto ao nível 1, ele inclui pessoas que não sabem ler nem escrever ou que sabem ler e escrever sem qualquer grau de ensino, o que não permite identificar os analfabetos.¹⁵

A partir destas informações, poderão ser calculadas taxas globais de actividade segundo o nível de escolaridade dos activos.

Outro método interessante, mas de difícil aplicação em Portugal devido à dificuldade de obtenção de dados suficientes, é o cálculo do *stock* de ensino ou de educação. Este método foi proposto por Michel Debeauvais e Pierre Maes (1970) e consiste em determinar a soma dos anos de estudo realizados pelo conjunto da população ou pela população activa, utilizando-se, para esse efeito, taxas de escolarização.

15 No entanto, na apresentação dos resultados do recenseamento, figura na página LVIII um mapa com a distribuição de taxas de analfabetismo e um comentário sintético sobre essa distribuição pelo país e a evolução desde 1991: ter-se-á verificado uma descida geral do analfabetismo, em que as respectivas taxas, que eram em 1991 de 7,7% para os homens e 14,1% para as mulheres, passaram para 6,3% e 11,5%, respectivamente. Estas informações referem-se a toda a população.

Das taxas de escolarização deduzem-se os abandonos, o que permite proceder à distribuição por cada uma das gerações sobreviventes, num dado ano, de 1.000 indivíduos segundo o número de anos em que estiveram escolarizados. Esta distribuição dá lugar ao cálculo da duração média de estudos por geração. Multiplica-se, em seguida, a duração média de estudos pelo efectivo sobrevivente de cada geração e adicionam-se os resultados relativos a todas as gerações. Esta soma dá, para cada ano civil, o valor do *stock* de ensino disponível na população total ou na população activa.

Quanto à análise das qualificações extra-escolares, ela é dificultada pela inexistência de estatísticas oficiais que abordem explicitamente esta questão. A existência de alguns inquéritos sectoriais junto de empresas, assim como as estatísticas elaboradas pelo Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social a partir dos quadros de pessoal entregues anualmente pelas empresas não se adequam ao estudo dessas qualificações.

Assim, não existe nenhum “estudo global abrangendo todos os sectores que permita avaliar o nível de qualificação da população activa em Portugal e que podia ser um referencial em comparações internacionais” (Kovács e outros, 1998: 18).

Conclusões

A demografia do trabalho deve ser uma disciplina que, tal como outras disciplinas especializadas, como a sociologia do trabalho e a economia do trabalho, deve participar no esforço de elucidação da complexidade das relações de trabalho.

Porque o mercado de trabalho diz também respeito à oferta de força de trabalho disponível, a qual depende da composição e dos dinamismos de cada população e das suas subpopulações, em particular da população activa, pode-se afirmar que esta é também uma questão demográfica. Mas a perspectiva da demografia em relação ao mercado de trabalho é diferente das perspectivas da economia e da sociologia. Na perspectiva da economia, é necessário seguir “o fio lógico da troca mercantil” e “examinar as modelizações elementares micro-económicas e macro-económicas do mercado de trabalho” (Gazier, 1992: 12). Quanto à sociologia, ela estuda “as consequências das modalidades de acesso e de retirada do mercado de trabalho sobre os estatutos profissionais e sociais” (Maruani e Reynaud, 1993: 4).

A partilha entre ciências sociais relativamente aos fenómenos ligados ao trabalho reserva para a demografia o estudo da população activa, através de uma dupla perspectiva. Por um lado, cabe à demografia medir a participação dos diferentes grupos etários na actividade e no emprego, utilizando, para esse efeito, instrumentos idênticos àqueles que são utilizados na análise dos fenómenos demográficos. Neste sentido, o principal objectivo da demografia do trabalho será a construção de tábuas de actividade e o cálculo de taxas de emprego e de desemprego. Mas, porque a actividade e o emprego são condicionados por factores demográficos e por factores sociais e económicos, à demografia do trabalho compete também reflectir e explicar os processos de entrada e saída de

actividade, a feminização da força de trabalho disponível e empregada, a relação entre trabalho e migrações, a relação entre trabalho e vida familiar e comportamentos inerentes à conjugalidade, a relação entre trabalho, saúde e mortalidade, os efeitos do envelhecimento demográfico e das mudanças de estruturas etárias, a relação entre vida activa e políticas sociais.

Este texto pretende ser um contributo para situar a demografia no universo das ciências sociais que estudam o trabalho, apresentando, para esse efeito, a análise de diferentes questões inerentes à dupla perspectiva da demografia do trabalho: soluções metodológicas para medida dos fenómenos relativos à actividade e ao emprego e reflexões sobre as condicionantes demográficas e sociais dos ciclos de vida activa e inactiva.

Anexos

Quadro A.1 Tábua completa de actividade, população activa total, Portugal, 2001

Idade completa x	Inactivos lx	Activos Ax	Idade completa x	Inactivos lx	Activos Ax
14	1000	0	45	183	817
15	937	63	46	190	810
16	835	165	47	201	799
17	744	256	48	214	786
18	627	373	49	226	774
19	540	460	50	247	753
20	457	543	51	266	734
21	389	611	52	294	706
22	320	680	53	317	683
23	241	759	54	344	656
24	180	820	55	390	610
25	140	860	56	432	568
26	120	880	57	472	528
27	108	892	58	508	492
28	103	897	59	534	466
29	104	896	60	585	415
30	105	895	61	633	367
31	108	892	62	670	330
32	112	888	63	702	298
33	116	884	64	738	262
34	120	880	65	844	156
35	124	876	66	882	118
36	128	872	67	904	96
37	132	868	68	916	84
38	136	864	69	924	76
39	142	858	70	942	58
40	144	856	71	952	48
41	152	848	72	958	42
42	160	840	73	962	38
43	168	832	74	965	35
44	173	827	75 e +	982	18

Quadro A.2 Tábua completa de actividade, sexo masculino, Portugal, 2001

Idade completa x	Inactivos lx	Activos Ax	Idade completa x	Inactivos lx	Activos Ax
14	1000	0	45	77	923
15	929	71	46	82	918
16	805	195	47	86	914
17	696	304	48	94	906
18	575	425	49	103	897
19	495	505	50	120	880
20	405	595	51	134	866
21	333	667	52	153	847
22	271	729	53	130	870
23	201	799	54	192	808
24	151	849	55	238	762
25	111	889	56	283	717
26	89	911	57	329	671
27	74	926	58	366	634
28	66	934	59	397	603
29	64	936	60	457	543
30	61	939	61	515	485
31	56	944	62	561	439
32	57	943	63	598	402
33	57	943	64	642	358
34	58	942	65	789	211
35	58	942	66	842	158
36	60	940	67	870	130
37	61	939	68	882	118
38	61	939	69	893	107
39	64	936	70	916	84
40	64	936	71	927	73
41	66	934	72	937	63
42	70	930	73	942	58
43	73	927	74	947	53
44	75	925	75 e +	972	28

Quadro A.3 Tábua completa de actividade, sexo feminino, Portugal 2001

Idade completa x	Inactivos Ix	Activos Ax	Idade completa x	Inactivos Ix	Activos Ax
14	1000	0	45	283	717
15	946	54	46	293	707
16	866	134	47	308	692
17	794	206	48	326	674
18	680	320	49	344	656
19	588	412	50	367	633
20	510	490	51	392	608
21	448	552	52	425	575
22	369	631	53	471	529
23	281	719	54	481	519
24	209	791	55	525	475
25	169	831	56	563	437
26	151	849	57	600	400
27	143	857	58	635	365
28	141	859	59	655	345
29	144	856	60	697	303
30	150	850	61	736	264
31	161	839	62	766	234
32	166	834	63	791	209
33	173	827	64	821	179
34	180	820	65	891	109
35	189	811	66	916	84
36	194	806	67	932	68
37	200	800	68	944	56
38	208	792	69	949	51
39	217	783	70	962	38
40	221	779	71	971	29
41	236	764	72	974	26
42	246	754	73	977	23
43	260	740	74	979	21
44	267	733	75 e +	989	11

Referências bibliográficas

- Baganha, Maria Ioannis, João Ferrão, e Jorge Macaísta Malheiros (1999), "Os imigrantes e o mercado de trabalho: o caso português", *Análise Social*, XXXIV (150), pp. 147-173.
- Bandeira, Mário Leston (1996), *Demografia e Modernidade: Família e Transição Demográfica em Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional — Casa da Moeda (Análise Social).
- Bandeira, Mário Leston (2004), *Demografia: Objecto, Teorias e Métodos*, Lisboa, Escolar Editora.
- Bourdieu, Pierre (1978), "Classement, déclassement, reclassement", *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 24, pp. 2-22.
- Bretell, Caroline B. (1991), *Homens que Partem, Mulheres que Esperam: Consequências da Emigração numa Freguesia Minhota*, Lisboa, Publicações Dom Quixote (Portugal de Perto).
- Callier-Boisvert, Colette (1966), "Soajo: une communauté féminine rurale de l'Alto Minho", *Bulletin d'Études Portugaises*, 27, pp. 327-284.
- Chassard, Yves (2004), "Comment maintenir les seniors au travail", *Sociétal*, 44, pp. 18-23.
- Debeauvais, Michel, e Pierre Maes (1970), "Une méthode de calcul du stock d'enseignement", *Population et l'Enseignement*, Paris, Institut National d'Études Démographiques, Presses Universitaires de France, pp. 343-364.

- Freire, João (2002), *Sociologia do Trabalho: Uma Introdução*, 2.^a ed., Porto, Edições Afrontamento (Biblioteca das Ciências do Homem).
- Friedmann, Georges (1961), "Sociologie du travail et sciences sociales", em Georges Friedmann e Pierre Naville, *Traité de Sociologie du Travail*, vol. I, Paris, Librairie Armand Colin.
- Gazier, Bernard (1992), *Économie du Travail et de l'Emploi*, 2.^a ed., Paris, Dalloz.
- Girard, Alain (1984), *L'Homme et le Nombre des Hommes: Essais sur les Conséquences de la Révolution Démographique*, Paris, Presses Universitaires de France (Sociologies).
- Gokalp, Catherine (1981), *Quand Vient l'Âge des Choix: Enquête Auprès des Jeunes de 18 à 25 Ans: Emploi, Résidence, Mariage*, Institut National d'Études Démographiques, Presses Universitaires de France (Cahiers de l'INED, 95).
- Guerreiro, Maria das Dores, e Pedro Abrantes (2004), *Transições Incertas: Os Jovens perante o Trabalho e a Família*, Lisboa, Presidência do Conselho de Ministros, Ministério das Actividades Económicas e do Trabalho, Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (Estudos, 2).
- Guillemard, Anne-Marie (1985), "Préretirement et mutations du cycle de vie", *Futuribles*, 88, pp. 31-38.
- Guillemard, Anne-Marie (1995), "Emploi, protection sociale et cycle de vie: résultats d'une comparaison internationale des dispositifs de sortie anticipée d'activité", em Anne-Marie Guillemard (org.), *Entre Travail, Retraite et Vieillesse*, Paris, L'Harmattan.
- Jackson, John A. (1991) *Migrações*, Lisboa, Escher.
- Kovács, Ilona (coord.), e outros (1998), *Qualificações e Mercado de Trabalho*, Lisboa, Instituto do Emprego e Formação Profissional.
- Maruani, Margaret, e Emmanuèle Reynaud (1993), *Sociologie de l'Emploi*, Paris, La Découverte, col. "Repères".
- Marx, Karl (1969) (1.^a edição, em alemão, publicada em 1867; tradução francesa de J. Roy, corrigida por Marx, publicada pela 1.^a vez em 1875), *Le Capital*, Livre I, trad. de J. Roy, Chronologie et avertissement par Louis Althusser, Paris, Garnier-Flammarion.
- Naville, Pierre (1961), "La méthode en sociologie du travail", em Georges Friedmann e Pierre Naville, *Traité de Sociologie du Travail*, Paris, Librairie Armand Colin.
- Pais, José Machado (1990), "A construção social da juventude: alguns contributos", *Análise Social*, 105-106.
- Pais, José Machado (1998), "Da escola ao trabalho: o que mudou nos últimos 10 anos?", em Manuel Villaverde Cabral e José Machado Pais (orgs.), *Jovens Portugueses de Hoje*, Oeiras, Celta Editora, cap. 4, pp. 189-214.
- Pais, José Machado (2001), *Ganchos, Tachos e Biscates: Jovens, Trabalho e Futuro*, Porto, Âmbar.
- Perret, Bernard (1998), "La réorganisation du cycle d'activité, enjeu d'un nouveau contrat social", *Premières Rencontres Sauvy*, Paris, INED, 15 e 16 de Outubro de 1998.
- Portes, Alejandro (1999), *Migrações Internacionais: Origens, Tipos e Modos de Incorporação*, Oeiras, Celta Editora.
- Pressat, Roland (1979), *Dictionnaire de Démographie*, Paris, PUF.
- Pressat, Roland (1996), "Recherche et enseignement en démographie: réflexions diverses", *Démographie: Analyse et Synthèse*, vol. I, Séminaire International, Sienna.

Rolle, Pierre (1971), *Introduction à la Sociologie du Travail*, Paris, Larousse (Sciences humaines et sociales).

Singly, François de (1981), "Le mariage informel: sur la cohabitation", *Recherches Sociologiques*, XII (1), pp. 61-90.

Yonnet, Paul (1987), *Jeux, Modes et Masses, 1945-1985*, Paris, Gallimard.

Fontes

Censos 2001. XIV Recenseamento Geral da População, IV Recenseamento Geral da Habitação:

Resultados Definitivos, Portugal, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística, 2002.

Estatísticas do Emprego, 3.º Trimestre de 2004, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa.

OCDE (2003), *Statistiques de la Population Active 1982-2002*.

Mário Leston Bandeira. Professor associado com agregação do Departamento de Sociologia do ISCTE. *E-mail*: leston.bandeira@iscte.pt

Resumo/abstract/résumé/resumen

Demografia, actividade e emprego: contributos para uma demografia do trabalho

A complexidade das relações de trabalho induz que, para a sua compreensão, seja necessária e útil a atenção da generalidade das ciências sociais e humanas. Mas, se bem que a partilha das diferentes tarefas científicas seja *a priori* determinada pelo objecto de cada campo científico, o estudo do trabalho deve implicar formas de cooperação interdisciplinar. A ampliação do campo dos estudos demográficos, a que se tem assistido durante as últimas décadas, devida principalmente à importância crescente dos factores demográficos, tende a alargar-se também ao estudo dos fenómenos ligados ao trabalho. Mas este processo encontra-se ainda no seu início. Neste texto, procura-se delimitar o território da demografia do trabalho, com a apresentação de métodos de medidas da actividade e do emprego, directamente inspirados na análise demográfica, e uma reflexão sobre os principais temas que dizem respeito à vida das populações activas e respectivos contextos demográficos.

Palavras-chave demografia, trabalho, população activa, emprego, mercado de trabalho.

Demography, work activity and employment: contributions to a demography of work

The complexity of labour relations is such that their comprehension requires and benefits from the attention of the social and human sciences in general. But, even though the division of the different scientific tasks is determined, *a priori*, by the

object of each scientific field, the study of work should entail forms of interdisciplinary cooperation. The expansion of the field of demographic studies that has been witnessed in recent decades is mainly due to the growing importance of demographic factors. It tends also to extend to the study of phenomena connected with work, though this process is still in its initial phase. This text seeks to trace out the territory of the demography of work, with a presentation of the methods used to measure work activity and employment, methods directly inspired by demographic analysis, and a reflection on the main topics that concern the lives of working populations, and their demographic contexts.

Key-words demography, work, working population, employment, labour market.

Démographie, activité et emploi: contributions pour une démographie du travail

La complexité des relations de travail implique que, pour les comprendre, il soit nécessaire et utile de faire appel à l'ensemble des sciences sociales et humaines. Cependant, bien que le partage des différentes tâches scientifiques soit, *a priori*, déterminé par l'objet de chaque champ scientifique, l'étude du travail doit impliquer des formes de coopération interdisciplinaire. L'élargissement du champ des études démographiques auquel nous avons pu assister ces dernières décennies, surtout sous l'effet de l'importance croissante des facteurs démographiques, tend à s'élargir aussi à l'étude des phénomènes liés au travail. Mais ce processus ne fait que commencer. Ce texte tente de délimiter le territoire de la démographie du travail, en présentant des méthodes de mesures de l'activité et de l'emploi qui s'inspirent directement de l'analyse démographique, ainsi qu'une réflexion sur les principaux thèmes qui concernent la vie des populations actives et leurs contextes démographiques.

Mots-clés démographie, travail, population active, emploi, marché du travail.

Demografía, actividad y empleo: contribución para una demografía del trabajo

La complejidad de las relaciones laborales conlleva a que, para su comprensión, sea necesario y útil atender la generalidad de las ciencias sociales y humanas. Aunque la coparticipación de diferentes tareas científicas sea *a priori* determinada por el objeto de cada campo científico, el estudio del trabajo debe implicar formas de cooperación interdisciplinaria. La ampliación del campo de los estudios demográficos, a la que hemos asistido en las últimas décadas, debida principalmente a la importancia creciente de los factores demográficos, tiende a alargarse también al estudio de los fenómenos ligados al trabajo, aunque este proceso se encuentra aún en su inicio. En este texto, se busca delimitar el territorio de

la demografía del trabajo, con la presentación de métodos de medidas da actividad y de empleo, directamente inspirados en el análisis demográfico y una reflexión sobre los principales temas que conciernen a la vida de las poblaciones activas y respectivos contextos demográficos.

Palabras-clave demografía, trabajo, población activa, empleo, mercado de trabajo.